

## **II Conferência Municipal de Meio Ambiente de Niterói | 24 e 25 janeiro 2025**

### **EIXO I - Mitigação redução da emissão de gases de efeito estufa**

Moderador: Carlos Eduardo Jamel | Relatora: Maria Inês Accioly

#### **Propostas Municipais**

- 1) Criação do Parque Natural Municipal da Lagoa de Itaipu, abrangendo as áreas desafetadas e em risco jurídico do PESET- Parque Estadual da Serra da Tiririca e o complexo arqueológico da Lagoa de Itaipu.
- 2) Alteração do zoneamento da Lei de Uso do Solo nº 3905/2024 em áreas de sobreposição com zonas de amortecimento do PESET- Parque Estadual da Serra da Tiririca, do PARNIT- Parque Natural Municipal de Niterói e áreas com indicação de preservação pelo Plano Municipal de Mata Atlântica.
- 3) Elaboração de Plano de Macrodrenagem das Bacias Hidrográficas de Niterói, priorizando soluções baseadas na natureza (como pequenos parques lineares, canteiros de absorção, biovaletas etc.), como por exemplo a bacia do Rio Cubango, que abrange o bairro de mesmo nome e toda a região do entorno do Parque Urbano onde se localiza o Complexo Esportivo Caio Martins.
- 4) Elaboração de Plano de Arborização onde as árvores sejam reconhecidas e personalizadas como sujeitos de direito ativo, necessários à garantia do direito fundamental constitucional à dignidade humana, dada sua importância para o equilíbrio ecológico e a necessidade de preservação.
- 5) Revisão e atualização do Plano Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos com inclusão de mecanismos voltados à redução de emissões, com ênfase na separação e tratamento dos resíduos orgânicos por meio de compostagem e biodigestão e no estudo da aplicação da legislação federal de logística reversa no contexto municipal.
- 6) Expansão do Programa 'Se Liga' da concessionária de água e esgoto, com exigência de rigor na vistoria e fiscalização dos imóveis para suprimir ligações irregulares à rede pluvial.
- 7) Implementação da Tarifa Zero para transportes públicos, a partir da revisão dos contratos com as concessionárias de ônibus, de modo a permitir a separação dos serviços, alteração da modelagem tarifária e a criação de mecanismos de controle social e monitoramento do sistema de transporte por ônibus.
- 8) Revisão da pavimentação dos elementos que compõem o sistema viário (calçadas e pistas de rolamento) para substituição por material drenante ecológico.
- 9) Revisão do Plano Municipal de Mobilidade Sustentável com ampla e efetiva participação popular para a adequada implementação, com a inserção do Plano Cicloviário e o Manual de Calçadas Acessíveis em respeito à Política Nacional de Mobilidade Urbana.

10) Criação de um fórum ou conselho com poder decisório para discutir Mobilidade Urbana Sustentável (mobilidade ativa e transporte coletivo).

### Propostas Estaduais

1) Ampliação do sistema de transporte aquaviário pela Baía de Guanabara a fim de interligar os diferentes municípios que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. E ampliação do sistema metroviário a fim de interligar toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, considerando o princípio da integração e modicidade tarifária.

2) Ampliação dos limites do PESET - Parque Estadual da Serra da Tiririca, de acordo com o PL 278/2015.

### EIXO II - Adaptação e preparação para desastres

Moderadora: Eloisa Freire | Relatora: Michelle Mayumi Tizuka

### Propostas Municipais

1) Destinar 10% do Fundo de Equalização dos Royalties, criando essa possibilidade na lei, para ações de adaptação e prevenção de desastres climáticos, para financiar medidas estratégicas que garantam a segurança da população e a resiliência do município diante das mudanças climáticas.

2) Revisar a Lei de Uso do Solo para impedir construções sobre áreas alagáveis, exigir a captação de águas pluviais e aplicação de energia solar em novos empreendimentos. Garantir o cumprimento das normas existentes, prioritariamente nos prédios públicos, promovendo acessibilidade como medida obrigatória para construções de qualquer porte, exceto os empreendimentos de habitação de interesse social.

3) Implementar corredores ecológicos com base na Lei 3905/2024 de Uso do Solo, garantindo o cumprimento do artigo que prevê sua criação, além de priorizar calçadas ecológicas e integradas. Promover a preservação ambiental e a conexão de áreas verdes no planejamento urbano.

4) Revisar o Plano Municipal de Saneamento Ambiental de Niterói/2019 para mitigar riscos climáticos, priorizando segurança hídrica, alternativas de abastecimento, combate a alagamentos, tratamento de esgoto e redução de emissões, com metas claras e objetivos concretos, incluindo a regulação do serviço.

5) Elaborar um Plano Municipal de Redução de Riscos Climáticos, participativo, com



medidas para prevenir inundações e deslizamentos, incluindo formação de brigadas voluntárias, mapeamento crítico de áreas de risco, rotas de fuga aprimoradas e metas claras, ampliando projetos já existentes como o NUDEC e/ou outros, e incluindo o amparo aos animais nos momentos de eventos climáticos.

6) Revisar o Plano de Adaptação, Mitigação e Resiliência de Niterói no prazo de um ano, considerando o prazo instituído no Plano Diretor/2019, tornando claros os prognósticos, diretrizes, objetivos e metas, além de atualizar e aprimorar as fontes de dados, garantindo participação popular, eficácia e transparência no enfrentamento das ameaças climáticas.

7) Elaborar o Plano Municipal de Resíduos Sólidos, participativo, com expansão da coleta seletiva nas periferias e criação de centros de reciclagem. Apoiar cooperativas de catadores e incentivar a participação comunitária, através de incentivos financeiros para coleta auxiliar, garantindo a educação ambiental e soluções baseadas na natureza, e implantação de Centro de Triagem de Resíduos de Niterói.

8) Substituir pisos públicos impermeáveis e escuros por materiais permeáveis e claros para amenizar altas temperaturas, priorizando bairros com ilhas de calor e alagamentos. As vias já pavimentadas deverão ser adaptadas gradualmente, com substituição de 5% ao ano, promovendo conforto térmico e melhor gestão das águas pluviais.

9) Promover o debate de planos existentes ou em andamento, assegurar orçamento específico para realização de novos. Exemplos incluem o Plano de Mobilidade e o Plano de Arborização Urbana, com medidas como calçadas ecológicas, jardins de chuva, caixas de retenção e espécies adequadas para fortalecer a infraestrutura verde.

10) Dar transparência às intervenções do Canal de São Lourenço, Terminal Pesqueiro e o Porto de Niterói e acompanhar o gerenciamento do cemitério de embarcações, devendo o município acompanhar a destinação adequada das embarcações abandonadas, formando um núcleo dedicado à elaboração e acompanhamento de políticas públicas relacionadas a essas questões.

## Propostas Estaduais

1) Promover integração entre secretarias, ações mitigadoras e participação popular, além de materiais educativos acessíveis e iniciativas como o Limpa Rio, programa de bolsistas ambientais, como "Agentes Ecosociais" (jovens 16-19 anos), com cursos de formação, promovendo sua destinação às secretarias municipais, para atendimento de demandas relativas à gestão e educação ambiental.



2) A Secretaria de Estado das Cidades deve garantir o orçamento para intervenções nas áreas de risco geológico, realizando plantios, soluções baseadas na natureza, intervenções de engenharia, reflorestamento de topos de morro, sempre com transparência e garantindo participação popular.

### **EIXO III - Justiça Climática**

Moderador: Flávio Lazarini | Relatora: Cora Hagino

#### **Propostas Municipais**

1) Realizar o Censo de pessoas com deficiência (de toda ordem), principalmente nas áreas mais vulnerabilizadas onde ocorrem os desastres socioambientais, além de garantir a presença de pessoas com deficiência e/ou seus representantes nas Comissões Municipais, incluindo as periferias.

2) Ampliar e destinar verba do orçamento municipal para as hortas comunitárias, com incentivo à economia solidária, cadeia de produção da pesca artesanal e feiras agroecológicas, sobretudo nas ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social, ampliando o debate sobre a segurança alimentar, incluindo a merenda escolar, com foco nos contextos da crise climática e eventos climáticos extremos.

3) Garantir que todas as praias de Niterói sejam públicas, gratuitas e com livre acesso para a população, assegurando a acessibilidade às Pessoas Com Deficiência - PCD e/ou com mobilidade reduzida, dada a importância do convívio social e a amenização do calor.

4) Destinar 20% do orçamento municipal para política de habitação de interesse social, contemplando a produção habitacional com a garantia de conforto térmico e redução de riscos, urbanização e regularização fundiária plenas de assentamentos vulnerabilizados e irregulares. Incluir na verba destinação a projetos educacionais participativos para construção de telhados verdes e placas solares.

5) Implantar rede de esgoto em todo o território municipal com a eliminação das tomadas de tempo seco, de modo a garantir a limpeza, balneabilidade dos rios e a preservação de suas faixas marginais (respeitando a ocupação urbana já consolidada) e a evitar o contágio de doenças e amenizar o calor.

6) Garantir os direitos territoriais das comunidades tradicionais e favelas, numa perspectiva interseccional, definindo-as como Zonas Especiais de Interesse Social, protegendo seu modo de vida e trabalho, implantando políticas efetivas de fomento às atividades produtivas, de formação e de fortalecimento de lideranças, de modo a preservar o ambiente natural e cultural para todas as gerações.



7) Padronizar e aumentar os pontos de coleta de resíduos sólidos e coleta seletiva no município (com a ampliação de caminhões gaiola que facilitem a reciclagem), com foco nas Zonas Especiais de Interesse Social, massificando campanhas educativas, promovendo eleição de agentes locais de coleta de lixo, fortalecendo cooperativas de catadores e viabilizando a lógica de logística reversa.

8) Implementar uma política pública de combate ao Racismo Ambiental, ampliando massivamente a arborização em todo o território, com melhoria da urbanização plena (calçadas/ acessos, drenagem, priorizando o saneamento básico, lixo, iluminação) nos territórios de favelas, comunidades tradicionais e regiões periféricas, tornando-as resilientes aos eventos decorrentes das mudanças climáticas.

9) Promover o acesso e a inclusão digital, além da educação ambiental, em espaços formais e informais, priorizando territórios de favelas, comunidades tradicionais e regiões periféricas.

10) Garantir e facilitar o livre acesso à plataforma SIGEO - Sistema de Geoinformação – Niterói.

### Propostas Estaduais

1) Implantar e efetivar o Conselho Estadual da Cidade com reuniões periódicas, implementando uma política de combate ao Racismo Ambiental que priorize povos tradicionais e periferias, tornando-as resilientes aos eventos climáticos. Revisar a legislação relativa ao Fundo Estadual de Habitação Social, garantindo a efetiva participação popular na destinação dos recursos alocados.

2) Construir o Observatório do Clima, com geração cidadã de dados, acerca da justiça climática, com mapeamento de áreas de risco e criação de Fundo Estadual de Resiliência Climática.

### EIXO IV - Transformação ecológica

Moderador: Janie Garcia da Silva | Relatora: Eliana Conde Barroso Leite

1) Promover a transparência do montante, proveniência e destinação dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente, garantindo a fiscalização por representantes da

sociedade civil.

2) Revisar a lei de criação do COMAN (Lei nº 1.640/98, regulamentado pelo Decreto nº 7.888/98), de modo a ampliar a participação popular, cujos membros das entidades da sociedade civil deverão ser eleitos nas Conferências Municipais de Meio Ambiente, tornando o paritário entre a sociedade civil e o poder público.

3) Recuperar integralmente rios, lagoas e matas ciliares, aplicando o saneamento universal e eliminando a tomada de tempo seco para que a população possa usufruir da paisagem e da balneabilidade e para que a fauna e a flora se recuperem, sempre utilizando mão de obra local nas obras necessárias.

4) Instituir a gestão dos resíduos sólidos, garantindo 45% de reciclagem nos próximos três anos, e a participação das cooperativas de catadores sendo parte da economia solidária, com implantação de campanhas educativas massivas da população, inclusive nas escolas.

5) Ampliar o uso de energia solar em prédios públicos, promovendo sua auto-suficiência, a fim de reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE.

6) Implantar, nos próximos três anos, a eficiência energética nas edificações públicas e nas edificações privadas, de modo a manterem índices mínimos de eficiência nível A, segundo as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

7) Assegurar o acesso público e gratuito a todas as praias, incluindo a acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida através de plataformas suspensas, dada a importância do convívio social e a amenização do calor; reduzir os caminhos existentes com ações de replantio para permitir a recuperação da vegetação de restinga original para assegurar os serviços ecossistêmicos oferecidos.

8) Fazer cumprir e monitorar o Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA) nos próximos três anos, contando com o acompanhamento da população, excluindo da Lei de Uso do Solo tudo que estiver em desacordo com o Plano, as leis estaduais e as federais da Mata Atlântica, visando mitigar os impactos da ocupação urbana.

9) Retomar a iniciativa política do Governo Godofredo Pinto que, através de projeto de lei, propunha o enterramento da rede elétrica e de comunicações da cidade, em substituição à rede aérea, priorizando o enterramento das redes sob a faixa de rolamento, evitando áreas das calçadas e o corte das raízes o que facilita as frequentes quedas de árvores.

## Propostas Estaduais

- 1) Elaborar o Plano de Controle ao Incêndio Florestal, com treinamento de efetivo local para engajamento social de moradores.
- 2) Ampliar o transporte aquático no município de Niterói, estendendo-o até São Gonçalo para reduzir a emissão de GEE e os engarrafamentos na cidade.

## **EIXO V - Governança e educação ambiental**

Moderador: Hannah Marchon Detes | Relatora: Kátia Alves Duarte Silva

## Propostas Municipais

- 1) Garantir a viabilização de instrumentos para a educação ambiental, como aplicativo para ciência cidadã, divulgação científica, apoio à mídia independente no combate à desinformação ambiental por meio de propagação de coberturas jornalísticas, campanhas de comunicação ambiental, priorizando ações das organizações da sociedade civil, a partir de recursos como fundo soberano e ou dos royalties.
- 2) Implementar ações de conscientização sobre os direitos e a dignidade dos animais não humanos alinhadas ao Decreto Municipal de Niterói nº 14561/2022, sobre a criação do Programa Educação Animalista nas escolas. Além disso, incentivar a educação alimentar na redução do consumo de carne, promover hortas comunitárias, cozinhas solidárias e práticas coletivas como alternativas ao agronegócio.
- 3) Fortalecer estruturas de governança intermunicipal por região hidrográfica, com atenção à melhoria do sistema de saneamento, assim como o hídrico e garantia da segurança hídrica, com o objetivo de elaborar estratégia e garantir recursos para programas de educação ambiental integrada, visando a implementação do Plano Nacional de Mudanças Climáticas.
- 4) Fortalecer os instrumentos de controle social, como o COMAN, com calendário de reuniões ordinárias mensais para acompanhamento da execução das propostas da II Conferência Municipal de Meio Ambiente de Niterói, com ampla participação social.
- 5) Que o governo municipal encaminhe os planos (resíduos, encostas, mata atlântica etc.) previstos no Plano Diretor, para ser discutido em audiências públicas na Câmara Municipal, garantindo debate e participação da sociedade civil.
- 6) Criar o Fórum Municipal do Meio Ambiente de Niterói, composto pela sociedade civil (comunidades, movimentos sociais, ONGs e instituições acadêmicas), para acompanhamento e discussão, de modo a garantir a implementação eficaz das resoluções da IIª Conferência Municipal de Meio Ambiente de Niterói, assim como a indicação dos representantes da sociedade civil no COMAN.

7) Efetivar a implementação do Plano Municipal de Educação Ambiental em todos os níveis de escolaridade, de forma transversal e intersetorial, contemplando orientação e capacitação para educadores, gestores escolares e entidades da sociedade civil, alinhando práticas e dando suporte à rede municipal, priorizando as comunidades de Niterói.

8) Fomentar ações educacionais assertivas, predominantemente nas comunidades de Niterói, que demonstrem na prática cotidiana a interconectividade do cidadão com os ecossistemas e suas responsabilidades sociais e ambientais, promovendo a reeducação e conscientização da população.

9) Incentivar projetos educacionais para a gestão de resíduos, com soluções inovadoras, visando minimizar a geração de poluentes sólidos e líquidos, desestimulando o consumo e fortalecendo ações sustentáveis para redução de impactos ambientais.

10) Elaborar e efetivar o Plano Municipal de Resíduos Sólidos de Niterói, fortalecendo a reciclagem pela economia solidária e circular, promovendo justiça ambiental e social. Garantir a inclusão e visibilidade para os catadores como agentes de mudança, bem como o potencial dos ambulantes, através da educação ambiental, formando-os para que se tornem agentes transformadores.

## Propostas Estaduais

1) Garantir a educação ambiental na grade curricular do ensino médio, com disciplina específica, ou inclusão na ementa de outra disciplina, com processos de formação continuada, capacitação e valorização da docência. Incluir processos específicos de educação ambiental, combinados com a Educação de Jovens e Adultos e outros processos formativos voltados para catadores e moradores de rua.

2) Fortalecer o controle e participação social nas políticas públicas socioambientais; Garantir a democratização do Conselho Estadual de Meio Ambiente; criar Fórum Estadual de Meio Ambiente; Promover a transparência dos dados da gestão; Viabilizar plano de combate à desinformação ambiental e fomentar a mídia independente, com recursos dos Royalties e/ou percentual da publicidade do governo estadual.